



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A5 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 31 de março de 2016

PMA reafirma transparência na execução do contrato com a Cavo

Segundo o secretário de Comunicação Carlos Batalha, não houve cartas marcadas no processo para a limpeza pública



Secretário Carlos Batalha atesta a lisura no processo de contratação emergencial da Cavo para a limpeza pública

O secretário municipal de Comunicação, Carlos Batalha, falou com a imprensa na tarde dessa quarta-feira, 30 sobre a coleta de lixo da capital e o contrato emergencial com a empresa CAVO Serviços e Saneamento S/A. Ele falou especificamente sobre uma possível ação que poderia ser ajuizada pelo Ministério Público pedindo a nulidade do contrato emergencial com a Empresa CAVO. Segundo o secretário, o promotor foi claro ao afirmar que o caso ainda será analisado.

“Ele disse que o Ministério Público continua investigando se aconteceram ilegalidades e irregularidades, e o promotor afirmou que não seria leviano de acusar ninguém”, disse Batalha parabenizando o zelo do MPE. O secretário explicou ainda que desde o início da gestão do prefeito João Alves foi solicitado uma licitação para coleta de lixo, mas a empresa Torre entrou com ações impedindo. “Durante 20 anos a Empresa Torre trabalhou com 10 contratos emergenciais e nin-

guém falou nada, nunca nenhuma licitação foi feita. O prefeito João Alves Filho logo que assumiu determinou que fosse feita a licitação. Segundo a empresa Torre, houve uma inversão de fases e por isso a Torre solicitou a suspensão da licitação”, destaca Batalha.

“O Tribunal de Contas aceitando o pedido da Torre, impedindo a licitação que estava prevista para o mês de fevereiro, pegou a Prefeitura de surpresa, pois não haveria tempo para se preparar outro processo licitatório. Por isso teve que ser feito o contrato emergencial, onde há a economia de R\$ 8,5 milhões em seis meses para os cofres do município. A maior prova da lisura do processo é que a empresa ganhadora não possuía ainda as licenças ambientais nem tinha aqui todos os equipamentos necessários”.

Quando questionado se não poderia ter esperado mais algumas semanas para a realização do contrato emergencial, Carlos Batalha afirma que uma espécie de “operação tartaruga” teria sido iniciada pela Torre. “O con-



O SECRETÁRIO EXPLICOU AINDA QUE DESDE O INÍCIO DA GESTÃO DO PREFEITO JOÃO ALVES FOI SOLICITADA UMA LICITAÇÃO PARA O LIXO

trato com a Torre terminava no dia 10, e em meados do dia 6 ou 7 eles iniciaram uma operação parando de recolher os lixos da capital. No dia 9 foi feita a abertura de propostas, onde a Torre participou e colocou R\$ 8,5 milhões a mais, saindo ganhadora a Empresa CAVO”.

Batalha reafirma ainda a transparência na execução do contrato, enfatizando que não houve cartas marcadas. “Houve total transparência, tanto que quatro empresas participaram, cada uma oferecendo os seus lotes e a Torre perdeu os dois, de varrição e coleta de lixo, para a CAVO. A cidade ainda não está satisfeita, pois são pessoas que

estão sendo contratadas e algumas delas não possui o hábito de recolhimento de lixo, outras ainda não conhecem determinadas ruas, mas garanto que o diferencial já começou a ser notado”, afirmou.

Batalha destaca a aquisição do caminhão de varrição da empresa CAVO. “O diferencial já começou a ser notado, desde o último domingo nós estamos com um caminhão de varrição, limpando as grandes avenidas, novos equipamentos inovadores estarão chegando em breve, estamos com 40 caminhões rodando, mais daqui até o mês de junho a empresa estará com caminhões zerados, então a população poderá realmente dentro desse prazo comparar o que era feito antes e o que está sendo feito agora”, diz.

Quanto à contratação dos funcionários da Torre, o secretário explica: “a empresa Torre deu aviso prévio aos seus funcionários que termina a partir do dia primeiro e é pedido do prefeito que os funcionários que forem recebendo as suas indenizações na medida sejam contratados

pela empresa CAVO”.

“A partir do dia 1º, a Emsurb estará monitorando todos os caminhões através do sistema GPS, onde no quadro estará sendo apresentado o roteiro daqueles caminhões”, disse Batalha, concluindo que as investigações estão sendo provocadas pela empresa Torre. “O contrato que foi ganho pela CAVO representa R\$ 36 milhões, mais 8 são R\$ 44 milhões que a Torre perdeu e isso faz com que qualquer um fique desesperado”, afirma.

“A Torre entrou com ação no Ministério Público, entrou com ação no Tribunal de Contas, tudo procurando salvaguardar aquilo que ela acha que tem direito”, pontuou o secretário, que continuou: “nós estamos esperando que o Tribunal de Contas libere a licitação que foi suspensa através de uma ação promovida pela Torre que não queria licitação. Eles ficaram 22 anos sem a licitação alegando apenas inversão de fases”.

• Sobre a ação do Ministério Público

O promotor e coordenador do

grupo de combate à improbidade, Henrique Cardoso, deu depoimento afirmando que o caso ainda está sendo investigado, ou seja, não há improbidade confirmada. “Da forma que foi feita nós não podemos dizer que há uma improbidade, pois ainda estamos em fase de investigação. Mas gera um desconforto muito grande. A curadoria está investigando se haveria ou não algo relativo à improbidade”, destacou, adiantando que seria levianidade fazer qualquer acusação antecipada.

O promotor aproveitou a oportunidade para pedir a resolução do problema da licitação. “Na realidade esse imbróglio deve ser resolvido quando o Tribunal de Contas compreender se deve ou não liberar a licitação que está suspensa. A licitação está em andamento e esses atos estão no TCE que deve resolver isso o mais rápido possível para que se possa resolver a contratação da coleta de lixo. Essa contratação emergencial já é a segunda, por conta da suspensão do contrato de licitação”, destacou.